

INSTITUIÇÕES PRÉ-ESCOLARES ASSISTENCIALISTAS NO BRASIL (1899-1922)*

Moysés Kuhlmann Junior

da UNESP e do CEDHAL/USP

RESUMO

O artigo apresenta e analisa as influências vigentes no processo de constituição das instituições pré-escolares no Brasil durante a Primeira República. No quadro do desenvolvimento da sociedade urbano-industrial, as propostas de assistência à infância derivam da articulação de forças jurídicas, empresariais, políticas, médicas, pedagógicas e religiosas. As iniciativas de atendimento aparecem sustentadas por três interesses básicos (o médico-higienista, o jurídico-policial e o religioso), questionando-se a polarização entre "assistencial" e "educacional": o assistencialismo é identificado como proposta educacional para a população pobre.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR • CRECHE • HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

ABSTRACT

PRESCHOOL ASSISTANCE INSTITUTIONS IN BRAZIL (1899-1922). The article presents and analyzes the influences on the process of setting up preschool institutions in Brazil at the beginning of the century. Within the then emergent urban-industrial society, the proposals of childhood assistance derive from the articulation of juridical, business, political, medical, pedagogic and religious forces. The first institutions appear to be supported by three major lobbies (medical-hygienic, police-juridical, and religious), thus questioning the opposition, established by literature, between "assistance" and "education": aid is here identified as an educational project for the poor.

* Artigo extraído da dissertação de mestrado do autor (1990).

Há uma diversidade de opiniões sobre as causas e os temas que teriam influenciado a constituição das instituições pré-escolares (creches, asilos e jardins da infância). Neste trabalho pretendo apresentar uma análise sobre a elaboração, em nosso país, da proposta assistencialista para aquelas instituições (especialmente as creches) situando a assistência à infância como fruto de uma articulação de forças jurídicas, empresariais, políticas, médicas, pedagógicas e religiosas, em torno de interesses sustentados por três influências básicas: a médico-higienista, a jurídico-policial e a religiosa.

O peso das concepções médico-higienistas na sociedade — particularmente na assistência à infância — durante as primeiras décadas deste século acaba por encobrir, à primeira vista, a influência de outras concepções. Sônia Kramer atribui ao período inicial do atendimento pré-escolar, chamado por ela de "fase pré-1930", um caráter de atendimento médico e sanitário (Kramer, 1982, p.51-8). Maria Vittoria p. Civiletti, na intenção de realizar uma história da creche no Brasil, afirma que estas teriam sido implantadas pelos médicos, que se aliaram às mulheres burguesas, nos interesses do movimento higienista e visando ao atendimento às trabalhadoras domésticas (Civiletti, 1988, p.20 e 99). Entretanto, embora aquele saber esteja marcadamente presente na constituição das creches e asilos, em nosso país, não se pode caracterizar este período como de hegemonia médico-higienista: as propostas de atendimento pré-escolar não foram monopólio daqueles interesses, daquele corpo profissional.

Livia M. F. Vieira (1986) destaca as iniciativas empresariais na constituição de creches para os filhos das operárias do setor têxtil, em especial a creche da vila operária Maria Zelia, do industrial Jorge Street. Tizuko M. Kishimoto (1988) identifica, na origem da pré-escola, aspectos pedagógicos, assistenciais (Igreja e Estado), médicos e empresariais (embora não analise as inter-relações entre essas influências), abordando ainda a pré-escola particular.

Segundo a conceituação aqui adotada, as instituições pré-escolares têm como característica o fato de não funcionarem em regime de internato. A creche (para as crianças de 0 a 3 anos) não seria apenas um "aperfeiçoamento" do atendimento das Casas de Expostos (Civiletti apresenta a Roda como "a precursora da creche"); nem se poderia considerá-la como uma iniciativa independente das propostas de asilos ou jardins de infância (para as crianças de 4 a 6 anos), em sua vertente assistencialista. Essas instituições são difundidas internacionalmente como parte de um conjunto de medidas que conformam uma nova concepção assistencial, a que chamei "assistência científica", abarcando aspectos como a alimentação e habitação dos trabalhadores e dos pobres. A grande marca dessas instituições, então, é sua postulação enquanto *modernas, científicas* — palavras utilizadas fartamente na era de exaltação do progresso e da indústria, a partir da segunda metade do século XIX.

Outra questão refere-se à polarização médico-higienista ou assistencial *versus* educacional. Segundo Kramer (1982, p.115), há uma segunda fase na história da pré-escola no Brasil, de 1930 a 1980, onde o atendimento passa a ser assistencial, chegando a compor, no presente, "além da assistência médico-sanitária-nutricional e da social, (...) o plano educacional". Kishimoto (1988) preocupa-se em identificar quais iniciativas poderiam ser classificadas como educacionais, distinguindo-as das demais. Essa polarização está presente nos estudos sobre a educação pré-escolar atual. Com isso, parece que primeiro se passaria por uma etapa médica, depois por uma assistencial etc., culminando, nos dias de hoje, na etapa educacional, entendida como superior, neutra ou positiva, em si, em contraposição aos outros aspectos. Ou então, toma-se como pedagógico um modelo ideal, deixando de atribuir essa característica a concepções diferenciadas. Ora, caberia avaliar se o próprio assistencialismo não representaria uma proposta *educacional*.

Os temas da infância, da maternidade e do trabalho feminino também estão presentes na história das instituições pré-escolares. Não se pode deixar de reconhecer, além disso, que, subjacente ao conjunto dessas influências, a questão econômica — entendida de modo amplo, como o processo de constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da organização do trabalho industrial — está presente como um fator determinante para a elaboração das propostas das novas instituições, sem que isso represente "a resolução de uma mera equação de primeiro grau" (Engels, 1975, p.186). O que se pretende mostrar é que a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, onde o período de elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história.

AS PRIMEIRAS PROPOSTAS DE INSTITUIÇÕES PRÉ-ESCOLARES

No ano de 1899 ocorrem dois fatos que permitem considerá-lo como marco inicial do período analisado. Em primeiro lugar, funda-se o Instituto da Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, instituição pioneira, de grande influência, que posteriormente abriu filiais por todo o país. Em segundo lugar, é também o ano de inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ), a primeira creche brasileira para filhos de operários de que se tem registro.

Entretanto, é possível identificar alguns momentos anteriores a essa data, onde ocorrem manifestações importantes com relação às instituições pré-escolares.

Em janeiro de 1879, no Rio de Janeiro, foi lançado um jornal chamado *A Mãe de Família*, destinado às mães burguesas, às "senhoras fluminenses", tendo como redator principal o Dr. Carlos Costa, médico especialista em moléstias de crianças. É nessa publi-

cação que apareceu uma das primeiras referências à creche. E com destaque: foi o primeiro artigo do jornal, elaborado pelo Dr. K. Vinelli, médico dos Expositos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro (*A Mãe de Família*, v.1, n.1, p.4-5, 1879).

O artigo foi publicado em partes até o número 6 do jornal, intitulado "A Creche (Asilo para a primeira infância)". Vinelli apresenta a creche de forma peculiar: enquanto, na França e nos países europeus, ela foi proposta em função da ampliação do trabalho industrial feminino, aqui ainda não havia uma demanda efetiva daquele setor. O autor, embora referindo-se a essa característica da nova instituição, mostrava-se preocupado com a lei do Ventre Livre que trazia, para as donas-de-casa, o problema da educação das crianças de suas escravas¹. Aliás, a chamada "creche popular" foi criada — e até hoje ainda mantém muito dessa característica — mais para atender às mães trabalhadoras domésticas do que às operárias industriais.

O jardim de infância dos ricos

Nesse mesmo período, desenvolve-se o setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites, de orientação froebeliana, cujos principais expoentes são o Colégio Menezes Vieira, fundado em 1875, no Rio de Janeiro; em São Paulo, a Escola Americana, de 1877, e o jardim de infância da escola Caetano de Campos, de 1896 que, mesmo sendo público, atendia aos filhos da burguesia paulistana (v. Kishimoto, 1988).

Mesmo considerando a incipiente industrialização do país, a produção capitalista apresenta-se como marco no discurso que defende as novas instituições, inclusive em relação ao setor privado. Joaquim Teixeira de Macedo, em parecer preparado para o Congresso da Instrução do Rio de Janeiro — que não se realizou, resultando apenas na Exposição Pedagógica de 1883 — compara a demora de quarenta anos no reconhecimento dos *Kindergarten* (jardins de infância) com a valorização da revolução industrial, afirmando: "A primeira máquina a vapor inventada não causou senão completa incredulidade, e ninguém sonhava nos prodígios que ela seria capaz de realizar. O mesmo acontece no mundo intelectual" (Congresso da Instrução, 1884)².

A Exposição Pedagógica de 1883 caracterizou-se, na questão da educação pré-escolar, pela legitimação dos interesses privados. Embora houvesse referências à implantação de jardins de infância para atender à pobreza, estas não encontravam o menor eco em iniciativas concretas. A preocupação daqueles que se vinculavam às instituições pré-escolares privadas brasileiras era com o desenvolvimento de suas próprias escolas. Nota-se, entre eles, a utilização do termo "pedagógico" como uma estratégia de propaganda mercadológica para atrair as famílias abastadas, como uma atribuição do jardim de infância para os ricos, que não poderia ser confundido com os asilos e cre-

ches para os pobres. O inspetor geral da Instrução Pública, Souza Bandeira Filho — e também membro da comissão que, naquela exposição, atribuiu a Menezes Vieira o diploma de primeira classe pelos trabalhos relativos ao jardim de infância —, publicou um relatório sobre a viagem que havia realizado para obter informações sobre o ensino pré-escolar em diversos países da Europa (França, Suíça, Áustria e Alemanha), onde ressalta que o *Kindergarten*, por suas características, era uma instituição procurada pelas famílias das elites: "(...) Na Áustria e Alemanha principalmente, os *Kindergarten* ainda são reputados uma instituição fora do alcance das classes populares; estas levam seus filhos para os asilos, que os guardam durante o dia, e mais se preocupam com a propaganda religiosa. As classes médias e as superiores, pelo contrário, enviam seus filhos aos institutos mantidos pelas associações (*Vereinkindergarten*) ou contratam senhoras que educam em casa as crianças conforme os preceitos do sistema. (...) O sistema Froebel é uma reforma exclusivamente pedagógica. Seguramente convém introduzir nos estabelecimentos de caridade destinados às crianças aquela educação racional, a única compatível com o progresso científico; mas não se confundam causas tão essencialmente distintas" (Bandeira Filho, 1883, p.30-3).

Instituições pré-escolares nas indústrias

Durante as duas décadas iniciais do século XX, implantam-se as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil. Se, na Europa, as salas de asilo antecedem a criação das creches, aqui a situação se inverte: em geral, as entidades fundam creches, prevendo uma posterior instalação de jardins de infância.

A recomendação da criação de creches junto às indústrias ocorria com freqüência nos congressos que abordavam a assistência à infância. Era uma medida defendida no quadro da necessidade de criação de uma regulamentação das relações de trabalho, particularmente quanto ao trabalho feminino³.

A creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado (RJ) foi fundada em 13 de novembro de 1899. A fábrica Corcovado já havia criado o Montepio dos Operários em 1896, com o objetivo de prestar assis-

1 "Que tarefa não é a de educar o filho de uma escrava, um ente de uma condição nova que a lei teve de constituir sob a condição de ingênuo! Que grave responsabilidade não assumimos conservando em nosso lar, junto de nossos filhos, essas criaturinhas que hoje embalamos descuidadas, para amanhã vê-las talvez convertidas em inimigos da nossa tranquilidade, e quiçá mesmo da nossa honra! (*A Mãe de Família*, v.3, n., p.19-21, 1881).

2 A grafia dos textos de época aqui transcritos foi atualizada para facilitar a leitura, mantendo-se a grafia original dos nomes dos autores e dos títulos das obras.

3 "(...) Não resta a menor dúvida de que foi em nome das funções reprodutivas da mulher e da instituição social da maternidade que as principais medidas de legislação respectivamente a seu trabalho foram tomadas" (Pena, 1982, p.153).

tência médica e dentária, socorros funerários e pecuniários, aos sócios empregados daquele estabelecimento e às suas famílias.

Os poucos dados disponíveis sobre a creche (Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro, p.323) revelam que oferecia 20 leitos (6 caminhas de ferro e 14 berços de diversos tipos), atendendo em torno de 40 crianças. Disponha de cozinha, banheiro, um salão para dormitório, sala de refeições, sala destinada ao recreio das crianças maiores e à amamentação das lactentes — feita três vezes ao dia pelas respectivas mães, e onde se recebiam muitas outras crianças não pensionistas, filhas de operários, que afluíam a este ponto na hora da amamentação. O pessoal da Creche era composto de quatro amas, uma cozinheira e uma lavadeira. A alimentação das crianças era feita "com gêneros de primeira qualidade (carne verde, pão, legumes, cereais, massas, leite Glaxo, leite maltado Horlich's etc.)". A higiene da Creche era supervisionada pelos médicos do Montepio, que examinavam as crianças, determinando o regime individual e as providências de ordem geral (antes de serem admitidas, deveriam sofrer um exame prévio, de sanidade e vacina pelos médicos da associação, só sendo recebidas até a idade de 5 anos)⁴. Na entrada, as crianças, logo após o banho, trocavam as suas roupas pelas da creche, que dispunha de uma rouparia⁵. Cabe ressaltar que, enquanto ainda hoje o exercício da paternidade é tão pouco valorizado, o regulamento garantia a matrícula aos filhos de todos os operários efetivos e não apenas aos das mães operárias.

A Companhia de Tecidos Aliança, do Rio de Janeiro, foi premiada nas Exposições Internacionais da Louisiana em 1904 e de Bruxelas em 1910 (além da Exposição Nacional de 1908), por oferecer a seus operários casas, cooperativa alimentícia, açougue, restaurante, teatro, socorros médicos, dentista, farmácia, escolas para ambos os sexos (diurnas e noturnas), creches, banda, sociedade beneficente e recreativa dos operários (Bruxelas, 1912, p.219).

Há outros exemplos de creches e escolas maternas em indústrias, como na vila operária Maria Zelia, do industrial Jorge Street, em São Paulo, em 1918, e também na indústria Votorantim, em Sorocaba, São Paulo, em 1925 (ver Vieira, 1986; Kishimoto, 1988).

CONGRESSOS E SABERES SOBRE A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA

Mais do que nas indústrias, propunha-se o atendimento à infância por entidades assistenciais, considerando o atendimento à infância não como um direito do trabalhador mas como uma dádiva dos filantropos. A creche não era defendida tranquilamente por todos, pois trazia à tona conflitos com a defesa do papel materno, tanto sob o aspecto médico (defesa da amamentação), quanto no aspecto jurídico (abandono de menores). Vieira (1986) aponta que a expressão "mal

necessário" foi utilizada para caracterizar a creche por autores que a preconizavam.

No entanto, se a proposta de constituição das creches era controversa, o que pesava mais era a afirmação de sua necessidade. As instituições pré-escolares poderiam colaborar para conciliar a contradição entre o papel materno que se defendia e as condições de vida da mulher pobre e trabalhadora, embora esta não deixasse de ser responsabilizada por sua situação.

As novas instituições não eram apenas um mal necessário, mas representavam a sustentação dos saberes jurídico, médico e religioso no controle da política assistencial que se elaborava. Cada saber apresenta suas justificativas para a implantação de creches, asilos ou jardins da infância, e seus agentes promoviam a constituição de associações assistenciais privadas. Essas influências se articulavam tanto na composição das entidades, como na organização de congressos sobre os temas da assistência, da higiene, da educação etc. Listamos alguns desses congressos no Quadro 1, a título de ilustração.

Na organização do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado em 1922 conjuntamente com o 3º Congresso Americano da Criança, recebendo a adesão de mais de 2.600 membros de 21 estados brasileiros, espelham-se as forças envolvidas. Sua programação de maneira alguma trazia formulação originais, sendo semelhante à de outros congressos internacionais, anteriormente realizados, sintetizando o conjunto das preocupações que envolviam a questão.

O congresso representou, no caso brasileiro, a consagração de propostas que vinham aqui sendo desenvolvidas desde o início do século. Seu objetivo era "tratar de todos os assuntos que direta ou indiretamente se refiram à criança, tanto no ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como particularmente em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado" (Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, 1924, p.78).

O congresso foi dividido em cinco seções: sociologia e legislação (particularmente em relação à família e à coletividade), assistência (em relação à mulher grávida, mãe ou nutriz, às crianças da primeira e da segunda idade); pedagogia (especialmente em relação à psicologia infantil e à educação física e intelectual, inclusive à educação profissional); medicina infantil e pediatria em geral, cirurgia, ortopedia e fisioterapia; e higiene (eugenia, higiene privada da primeira e da segunda infância, estudo da química alimentar da criança da primeira idade, higiene pública, principalmente das coletividades, sobretudo a higiene escolar).

4 Oswaldo Cruz teria trabalhado na creche: segundo Madel Luz, em 1922 ele "herda a clínica de seu pai, na fábrica de tecidos Corcovado, onde atendia, três manhãs por semana, aos operários e seus filhos. Manteve esta prática por muitos anos, mesmo durante seu período de Diretor Geral da Saúde Pública e do Instituto de Manguinhos" (Luz, 1982, p.193).

5 A tradição assistencialista se mantém: as creches do município de São Paulo, ainda hoje, usam fraldas próprias.

QUADRO 1

PRINCIPAIS CONGRESSOS SOBRE ASSISTÊNCIA

1872	Londres	Congresso Penitenciário Internacional
1889	Paris	Congresso Internacional de Assistência
1895	Bruxelas	Congresso de Proteção à Infância
1900	Paris	Congresso Internacional de Assistência Pública e Beneficência Privada
1905	Liège	Congresso de Proteção à Infância
	Paris	Congresso Internacional de Gotas de Leite
	R. Janeiro	Congresso Científico Latino-Americano, 3ª
1908	R. Janeiro	Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada
1916	B. Aires	Congresso Americano da Criança, 1ª
1922	R. Janeiro	Congresso Brasileiro de Proteção à Infância
		Congresso Jurídico
		Congresso Eucarístico
		Congresso Nacional dos Práticos

Pode-se vincular, grosso modo, as duas primeiras seções (sociologia e legislação, assistência) aos interesses jurídico-policiais. A pedagogia era preocupação de todos, mas pode-se localizar aí uma especificidade dos interesses religiosos. Embora fossem a maior influência, os médicos monopolizavam apenas sua seção específica, medicina infantil, ocupando-se também dos temas referentes à última seção (higiene).

Para fins de análise, serão abordados primeiramente os interesses médico-higienistas, situando o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ). Depois, será analisada a influência jurídico-policia, apresentando o Patronato de Menores e fazendo referência a outras instituições assistencialistas. Por fim, enfoca-se a questão educacional, tratando-se aí da influência religiosa.

O MÉDICO-HIGIENISMO

Do ponto de vista médico-higienista, o grande tema de assistência à infância era a mortalidade infantil. Além disso, as propostas se integravam ao projeto mais geral de saneamento, para atingir a civilidade e a modernidade. De acordo com Moncorvo Filho, "no momento em que se procura realizar o saneamento do Rio de Janeiro com as maiores e mais estependas obras, é bom que se diga que, sem a Proteção e Assistência imediata à Infância, esse saneamento não será completo; de que nos vale termos os mais belos monumentos na mais fina linha arquitetônica, as grandes e frescas avenidas, enfim os mais diversos panoramas, cada qual mais suntuoso a aguçar a nossa

vista, se possuímos uma raça que aos poucos se deprime, se enfraquece e se elimina? (...) Sim, pelos cuidados prodigalizados à infância pode-se avaliar o grau de civilização de um povo!" (Archivos de Assistência á Infancia, v.3, n.1/3, p.2-3, jan/mar. 1904).

A pediatria era uma especialização recente da medicina, encontrando na puericultura a forma de divulgação de normas racionais de cuidados com a infância. A puericultura era considerada como "a ciência da família, feita com a colaboração confiante da mãe e do médico, do amor materno esclarecido pela ciência" (Assistencia Publica e Privada no Rio de Janeiro, 1922, p.14). Além disso, também era entendida como "a ciência que tem por fim pesquisar os conhecimentos relativos à reprodução e à conservação da espécie humana" (Magalhães, 1922, p.xix). A preocupação com a mortalidade infantil desdobrava-se numa perspectiva de controle racial, com a eugenia. Magalhães (1922) cita o Professor Pinard, que afirmara em 1895: "Em oposição à medicina geral, ciência médica do indivíduo, a puericultura constitui, na concepção moderna, a ciência médica da espécie" (sobre puericultura, ver Boltanski, 1977).

A participação da mulher na assistência era entendida pelos homens numa linha de auxiliar de sua intervenção. As mães burguesas, as primeiras a assumirem as novas funções maternais, eram postas como aliadas dos médicos na tarefa de difusão dos novos comportamentos junto às mães trabalhadoras. Esse movimento de promoção e subordinação da mulher pôde ser verificado na ocupação de cargos de caráter secundário na composição das associações, e também no nome atribuído à creche fundada pelo IPAI-RJ, em 1908, creche Sra. Alfredo Pinto: o nome da homenageada ficou à sombra do de seu marido, chefe de polícia do Distrito Federal.

O Instituto de Proteção e Assistência à Infância

O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ), entidade mais importante do período estudado, foi fundado pelo médico Arthur Moncorvo Filho, em 24 de março de 1899. Em 1929 contava com 22 filiais em todo o país, sendo que 11 delas possuíam creche (Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Juiz de Fora, Niterói, Petrópolis, Ribeirão Preto, Rio de Janeiro, Salvador, Santos e São Luís).

Os objetivos do IPAI, segundo seus estatutos de 1903, eram: inspecionar e regulamentar a lactação; inspecionar as condições de vida das crianças pobres (alimentação, roupas, habitação, educação, instrução etc); dispensar proteção às crianças abandonadas; auxiliar inspeção médica nas escolas e indústrias; zelar pela vacinação; difundir meios de combate à tuberculose e outras doenças comuns às crianças; criar jardins de infância e creches; manter o "dispensário Moncorvo", para tratamento das crianças pobres; criar um hospital para crianças pobres; auxiliar os poderes públicos na proteção às crianças necessitadas;

criar sucursais nos bairros do Rio de Janeiro; concorrer para que fossem criadas, nos hospícios e casas de saúde, escolas para imbecis, idiotas etc.; criar filiais nos outros estados; propagar a necessidade de leis protetoras da infância e também da regulamentação da indústria das amas de leite; finalmente, "aceitar, favorecer, auxiliar e propagar qualquer idéia em proveito da caridade, maximé em prol da infância" (Moncorvo Filho, 1907, p.9-11).

O IPAI-RJ dividia seus serviços em puericultura intra-uterina (ginecologia; proteção à mulher grávida pobre, higiene da prenhez; assistência ao parto em domicílio, assistência ao recém-nascido) e extra-uterina, que incluía o programa Gota de Leite (distribuição de leite), creche, consulta de lactantes, higiene da primeira idade, exame e atestação das amas de leite, exame das mães que pedem leite esterilizado para seus filhos, vacinação (Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro, 1922, p.563).

O IPAI promoveu concursos de robustez para bebês, atribuindo prêmios em dinheiro às mães que aleitavam seus filhos. Seu lema era *Infantes tuendo pro Patria laboramus* (quem ampara a infância trabalha pela pátria). O IPAI-RJ foi reconhecido de utilidade pública municipal em 1909; premiado com medalha de prata na Exposição da Luisiana, em 1904; com o Grande Prêmio na Exposição Nacional de 1908; com medalha de ouro na Exposição de Higiene em 1909, Rio de Janeiro, e no Congresso Sul-Americano de Mutualismo, em S. Paulo, 1910; e com o "Diploma de Honra" em 1912 na Exposição de Higiene em Roma. As filiais do IPAI da Bahia e de Pernambuco receberam o "Grande Prêmio" na Exposição de 1908.

A creche Sra. Alfredo Pinto foi instituída e era mantida pela Associação das Damas da Assistência à Infância, uma entidade apêndice do IPAI, que foi fundada em 5/9/1906, com o objetivo de auxiliar a manutenção do Instituto. Promovia festas de Natal, Ano Bom e Reis aos protegidos do IPAI (Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro, 1922, p.106-7). A creche tinha 20 leitos para atender as crianças, em sua grande maioria filhos de empregadas domésticas, e não de operárias.

Apesar de seu caráter médico, o instituto mostrava preocupação com a questão jurídica e também com a educação, como se pode verificar por seus objetivos; e era constituído por representantes de vários setores sociais, como políticos, militares, negociantes, industriais, juristas e outros profissionais liberais (Kuhlmann Junior, 90, p.74).

Além do IPAI, Moncorvo Filho fundou, em 1919, o Departamento da Criança no Brasil — DCB, reconhecido de utilidade pública municipal em 1920 e contemplado na Exposição Internacional de 1922 com o "Grande Prêmio". Se o IPAI apresentava objetivos práticos, o DCB se voltava para fins muito mais ambiciosos, pretendendo centralizar informações e também estudos e pesquisas sobre a criança, cuidando da ampla divulgação de seus preceitos. O DCB, respon-

sável pela realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, organizou também o Museu da Infância, inaugurado na policlínica geral do Rio de Janeiro (instalação provisória), em 12/10/1922.

A INFLUÊNCIA JURÍDICO-POLICIAL

Do ponto de vista jurídico-policial, as preocupações com as legislações trabalhista e criminal apontavam o tema da chamada "infância moralmente abandonada".

O jurista Evaristo de Moraes publicou em 1916 o livro *Criminalidade da Infância e da Adolescência*, onde dedicou um capítulo à importância dos congressos penitenciários, de antropologia criminal e jurídicos, na definição de normas para um novo tipo de atendimento à infância, a fim de evitar a criminalidade. Segundo o autor, as causas da criminalidade se dividiriam em duas categorias de fatores: os individuais, ligados à hereditariedade, e os sociais (Moraes, 1927, p.11 ss.)⁶.

Em comunicação ao Congresso de Proteção à Infância, em 1922, o jurista João Aureliano Correia de Araujo retoma as mesmas questões, atribuindo à Antropologia Criminal a ênfase nos fatores hereditários (Lombroso e discípulos), e à Sociologia Criminal, a ênfase na influência do meio. Na complexa questão da criminalidade infantil, as duas concepções viriam a compor "uma só corrente de idéias entrelaçadas e unânimes". "Neste sentido os sociólogos e antropólogos criminalistas são acordes em que o patrocínio e a assistência à infância desvalida, ou moral e materialmente abandonada, é a base de todo o sistema de proteção e socorro efetivo de que felizmente se vêm ocupando os Estados modernos, como obra de fraternidade e preservação social" (Araujo, 1925).

Evaristo de Moraes dava especial relevo à "causa familiar" para a criminalidade da infância, apontando a desorganização da família e a má influência diretamente exercida em certos meios familiares. Moraes (1927, p.28-31) cita o juiz francês Luiz Albanel que, no livro *Le Crime dans la Famille*, distribuía os pais "socialmente imprestáveis" em três classes: os negligentes, os incapazes (que necessitam de melhores condições de vida, habitação etc) e os indignos. Ainda segundo Moraes, o Congresso Penitenciário Internacional de 1895 contribuiu para definir a orientação a se adotar: privar do pátrio poder os indignos; e ajudar os pais ou parentes honestos, criando creches, salas de asilo, escolas maternais e asilos temporários para adolescentes.

6. Evaristo de Moraes participou da corrente socialista reformista no início do século, escreveu diversos trabalhos sobre a questão da legislação trabalhista e criminal, foi membro de várias entidades (como por exemplo a Liga Brasileira de Higiene Mental), chegando a integrar o Ministério do Trabalho no governo Vargas.

O Patronato de Menores

Os juristas brasileiros, em 1906, promoveram a organização de uma associação no então Distrito Federal, o Patronato de Menores, que teve seus estatutos aprovados em 1908. Os objetivos do Patronato, estabelecidos na reforma dos estatutos em 1909, eram: fundar creches e jardins de infância; proporcionar aos menores pobres recursos para o aproveitamento do ensino público primário e inculcar no espírito das famílias pobres os "preciosos resultados" da instrução; auxiliar os juizes de órfãos no amparo e proteção aos menores material e moralmente abandonados; pleitear a proibição das vendas por menores "na escola perniciosa das ruas"; codificar as causas que acarretam a cessação do pátrio poder; evitar convivência dos menores de ambos os sexos, promovendo a extinção da promiscuidade nos xadrezes, criando depósitos com aposentos separados para ambos os sexos; promover a assistência dos detentos menores; tratar da reforma das prisões de menores; esforçar-se para que se realize a fiscalização de todos os asilos e institutos de assistência pública e privada (Assistência Pública e Privada, 1922, p.353-4).

A inauguração da Creche Central — denominada assim para ser matriz de outros institutos semelhantes a serem abertos nos bairros afastados do centro da cidade — aconteceu também em 1908, no edifício cedido pelo chefe de polícia, Dr. Alfredo Pinto, onde funcionava o Asilo de Menores Desamparados. Tinha por finalidade "abrigar as criancinhas cujas mães busquem trabalho fora do lar". A creche mudou diversas vezes de local, tendo uma média de 25 matrículas efetivas e 15 freqüências diárias e expressiva rotatividade (nos primeiros dois anos, 93 crianças, 48 do sexo masculino e 45 do feminino; no biênio seguinte, 131 crianças matriculadas). Prestaram serviços médicos gratuitos na creche os Drs. Goulart Filho, Azevedo Lima, Estevam de Assis e Faria Castro e, posteriormente, os Drs. Tamborim Guimarães, Octacilio Pessoa e Guilherme Moura. Visitavam assiduamente a creche as diretoras Elisa Carrão de Moura Carijó, Francisca F. Teixeira Penna, Anna Ribeiro Meira e Adelina Amelia Lopes Vieira. Em 1912, as religiosas da Congregação de Santo Antonio foram convidadas a ocupar os lugares internos da creche, e também o de cobrador. Em 1916, fundou-se o Departamento da Freguezia da Glória, constituído pela "Escola Maternal" (escola para as mães), por um "Jardim de Infância" e pela "Policlínica Infantil". O Jardim de Infância recebeu de presente um mobiliário moderno do então Presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, por influência do deputado Prudente de Moraes. A administração interna do Patronato, entregue às Irmãs Dominicanas, obtinha "os melhores frutos da sua inteligência e abnegação", como anotou em relatório o desembargador Nabuco de Abreu, presidente do Patronato dos Menores. Como recompensa, o Patronato, nesse mesmo ano, inaugura uma pequena capela para o ofício religioso (Assistência Pública e Privada, 1922, p.353-4).

Outras instituições assistencialistas

Em 17/11/1901, um grupo de senhoras, em sua maioria professoras, sob a direção de Analia Franco, espírita, filiada ao Partido Republicano, funda em São Paulo uma sociedade destinada ao amparo e educação da mulher e da infância, a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva. O primeiro passo da entidade foi criar um Liceu Feminino, estabelecimento destinado a preparar professoras para as escolas chamadas maternais (espécie de creche e jardim da infância) e uma escola noturna destinada à alfabetização da mulher. Quatro anos depois a Associação mantinha, além da escola de analfabetos e do Liceu, vinte e duas escolas maternais, um asilo para mães desamparadas (asilo e creches), tendo anexas oficinas de tipografia, costura e confecção de flores; no interior, foram inauguradas cinco escolas maternais, das quais duas em Campinas. Em 1919, contava com asilos funcionando em Barretos, S. José do Rio Preto, Pederneiras, Jaboticabal, Rio Preto e Santos (Congresso Brasileiro de Protecção à Infancia, 1924, p.306).

Segundo Kishimoto (1988, p.25, 52-61), as creches de Analia Franco, ao menos em seu início, atendiam em regime de internato, não podendo então ser caracterizadas como creches no nosso conceito sobre a instituição.

Outra entidade, no Distrito Federal, era a Assistência de Santa Thereza, fundada em 1/8/1916. Iniciativa do Dr. Francisco de Castro Junior, tinha como programa: auxílio à velhice sofredora; auxílio aos enfermos desprotegidos; auxílio às famílias reconhecidamente pobres; cozinha para os necessitados; instrução elementar, cívica e moral; creche diurna; recolhimento das crianças desamparadas. Tinha o patrocínio de pessoas como: senador Ruy Barbosa, Conde de Paranaguá, Dr. Barbosa Lima, Desembargador Ataulpho de Paiva, Dr. Amaro Cavalcanti, Comendador Casimiro de Menezes, Comendador Antonio Januzzi, Mme. Kate Morgan de Castro e outros. A creche dispunha de duas amas-de-leite para auxiliar a alimentação das crianças (Assistência Pública e Privada, 1922, p.643).

A revista *Educação e Pediatria* anunciou, em 1913, a criação da creche Baroneza de Limeira, em São Paulo, destinada a filhos de criados e operários, "que na luta afanosa da vida são obrigados a entregar a mãos inábeis os filhos de tenra idade". A creche foi formada por "um grupo de ilustres senhoras paulistas, presididas pela esposa do Dr. Albuquerque Lins, ex-presidente do Estado" (*Educação e Pediatria*, v.1, n.1, p.61-2, jun. 1913).

A Baronesa de Limeira, segundo o artigo citado acima, era uma "bondosa senhora paulista que em vida tanto se notabilizou como exemplo do quanto é capaz uma alma grande e carinhosa, pois foi a primeira a instituir um estabelecimento desse gênero, que, em vista do pouco adiantamento da população nesse tempo, não pôde prosperar".

Os eixos da concepção de "assistência científica" eram: a desobrigação do Estado paralelamente ao fortalecimento das entidades privadas, defendendo um atendimento fracionado em múltiplas instituições, atribuindo ao Estado um papel de supervisão e subsídio às entidades; a proposição de um "método" para arbitrar quais seriam os contemplados com os atendimentos, calcado no rígido controle dos mandatários, instaurando um processo de competição entre eles, mediante inquéritos minuciosos sobre suas vidas particulares; e a caracterização preconceituosa da população pobre, atribuindo um papel educativo à assistência, a fim de evitar as lutas de classe.

A definição de parâmetros para a legislação trabalhista, que se desenvolvia naquele momento, implementou uma divisão entre medidas para os trabalhadores e entendidos como beneficiários, e medidas que passaram a constituir o campo da assistência, voltada para os mais pobres, entendidos como assistidos (Sposati, 1989, p.314). Determinados aspectos da vida dos operários — tais como a habitação, a educação das crianças etc. — não eram vistos como direitos do trabalhador, mas como mérito dos que se mostrassem mais subservientes. Segmentava-se preconceituosamente a pobreza, procurando dificultar seu acesso aos bens sociais. Fica evidente que não se pensava em uma criança "abstrata", mas na criança pobre, e não só nela, mas na população pobre, como ameaça à tranquilidade das elites.

Em 1922, no Congresso dos Práticos, o professor Fernando Magalhães, presidente do Congresso e também da Sociedade de Medicina, fez um discurso defendendo a nova "ciência da fraternidade". Segundo ele, a democracia para a maioria da população significava o risco dos "exageros da liberdade demasiada", da revolução social. Para coibir esse perigo, havia um meio mais eficaz do que a repressão: o "apostolado da instrução e da saúde", expressão que sintetiza a dimensão religiosa e educacional da assistência (Congresso Nacional dos Práticos, 1923, p.9).

Os religiosos apresentavam a Igreja como um sustentáculo da sociedade capitalista, enfatizando que seu *know-how* na caridade não deveria ser desprezado. Em 1900, o padre Julio Maria enfatizava como a experiência da Igreja no trato com a pobreza, por meio das obras salesianas, era útil para o capital:

"(...) D. Bosco compreendeu o que é o pobre, compreendendo a grandeza sobrenatural do pobre, o seu destino providencial, transformou o pobre em protetor do rico. (...) No seio da sociedade moderna, onde tantos ódios, tantas paixões inconfessáveis assaltam a propriedade e ameaçam a riqueza, ele criou uma proteção para o rico, mais poderosa do que os governos, mais eficaz do que os exércitos, mais solícita e previdente do que a política. Compreendeis a beleza de sua obra? Mais do que a infância desamparada, os ricos devem venerar D. Bosco! saudemos, pois, saudemos na sua obra gloriosa o grande restaurador" (Maria, 1900, p.83).

O *Kindergarten*, de origem alemã, tem inspiração religiosa no protestantismo e, em nível pedagógico, está nas raízes das propostas de reformulação do ensino para a sociedade capitalista moderna, industrial, que irão culminar no escolanovismo. Nas creches e salas de asilo, de origem francesa, a influência religiosa é católica, mais ligada à chamada educação tradicional. Kishimoto (1988, p.32 e 157) considera que o jardim de infância teria um caráter educacional, mas afirma que as creches e asilos não fariam parte do sistema pré-escolar, por não terem preocupações educativas.

Ora, a opção por uma concepção renovadora não implica que a linha tradicional não fosse de caráter educacional. Como será visto mais adiante, as preocupações educativas estavam, sim, presentes naquelas instituições. Além disso, o assistencialismo não permaneceu atado à educação tradicional, tendo incorporado o discurso e a perspectiva de renovação: nas primeiras décadas do século XX, as associações assistencialistas brasileiras irão propor a criação de *jardins de infância*, não de asilos. Mesmo para a religião católica, a contrapartida da renovação se deu com a adoção do método Montessori.

Os médicos e os juristas aderiam aos novos métodos pedagógicos, defendendo sua implantação nas instituições sob sua direção, sem prescindir da orientação naqueles estabelecimentos, como se poderia supor. Cabe ressaltar que havia posicionamentos mais "laicos" como os de Moncorvo Filho e de Franco Vaz, que viam no caráter "cientificamente organizado" da assistência uma contraposição à caridade religiosa. Entretanto, não era uma postura que levasse a rompimentos com a Igreja Católica. Havia muito mais uma acomodação de interesses, o que pôde ser observado na presença do monsenhor Fernando Rangel para benzer o novo edifício sede do IPAI-RJ, em 1929; em discursos efetuados nos congressos, ou então nas creches e asilos como os da vila Maria Zelia e do Patronato de Menores, onde os religiosos trabalhavam.

As instituições pré-escolares assistencialistas tinham uma perspectiva educacional coerente com as proposições de "assistência científica", claramente dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares. Educação que não era entendida apenas de forma genérica — ocorrendo informalmente —, mas no sentido de prever uma prática intencional, no interior de instituições constituídas para esse fim. É nesse período, por exemplo, que a matéria Puericultura passa a integrar os currículos das escolas normais — onde se manteve por décadas — bem como desenvolvem-se estudos de psicologia infantil e de métodos pedagógicos para a criança pequena.

São inúmeras as referências, por parte daqueles que cuidavam das instituições pré-escolares, quanto a esse caráter educacional. Em 1884, um português, Joaquim Ferreira Moutinho, publicou o livro *A Creche*, com um prefácio do cônego Alves Mendes e um epílogo de Camilo Castelo Branco, para ser distribuído

gratuitamente, pedindo esmolas para a recém-fundada Creche de S. Vicente de Paula, na cidade do Porto. No prefácio do livro de Moutinho, Alves Mendes afirma:

"(...) Porque esta é que é a verdadeira natureza, a genial e culminantíssima missão da Creche: sustentar o corpo e acepillar o espírito da criança, dar pão e dar educação, distribuir alimento e luz, ser berço e ser escola" (Mendes, 1884, p.xix-xx)⁷.

A Instrução Pastoral do arcebispo de Cambrai (França) Cardeal Girauld, em 1846, evidencia a aprovação da Igreja às salas de asilo e também traz elementos esclarecedores dos objetivos educacionais pretendidos para a nova instituição:

"(...) Seu objetivo é recolher a primeira idade para preservá-la do isolamento, apoderar-se de suas faculdades à medida que se desenvolvam, de sua memória, de sua imaginação, de toda a sua alma, para enchê-la de santas imagens, de edificantes narrações, de idéias morais, de sentimentos virtuosos e de doces e puros afetos. A instrução se distribui ali gota a gota sob a proteção de senhoras cristãs, sob a direção de piedosas mulheres dedicadas por seu interesse puramente evangélico a tão admirável ministério. Assim, por intermédio de lições adaptadas à sua débil capacidade e alternando com cantos e diversas evoluções que mantêm desperta a sua imaginação sem cansá-la, a criança aprende quase sempre sem perceber, como se estivesse jogando, os elementos da religião, os rudimentos do idioma e as primeiras noções da história, da geografia e da numeração, de modo que em resposta à vigilância que preside a conduta e o bem-estar daquelas ternas criaturas, se vê brilhar em suas francas e joviais fisionomias esse aspecto de saúde e de felicidade que é como o reflexo das alegrias de sua alma. Aí está uma escola infantil. Defini-la é fazer a sua apologia!" (apud Mira Lopes e Aller, Apêndice 2, p.442)

No primeiro Congresso Americano da Criança, em 1916, a professora Alexina de Magalhães Pinto, que era ligada ao Instituto Moncorvo, propunha "a real e não só moral anexação de jardins da infância e creches aos estabelecimentos de educação, preparo e amparo feminino já existentes, como campo de estudo e experiência" (Pinto, 1916, p.7).

Segundo Ataulpho de Paiva, o regulamento da creche do Patronato de Menores prescrevia "minuciosamente os deveres do pessoal para com as crianças e suas mães, tudo baseado na suavidade e carinho ao serviço das regras científicas" (Assistência Pública e Privada, 1922, p.355).

A revista *Educação e Pediatria* ressaltava que a creche Baroneza de Limeira buscava dar educação moral, o que as crianças nem sempre iriam conseguir em mãos estranhas.

O primeiro aspecto a ressaltar dessa proposta educacional é que essas instituições eram defendidas por isolar as crianças de meios que pudessem contaminá-las, sendo o principal deles a rua. Em 1872, no Congresso Penitenciário Internacional, em Londres, já se apontava a importância das instituições educacionais para prevenir a criminalidade.

No interior dos estabelecimentos, outras separações: por sexo, por idade e por grau de moralidade, evitando qualquer contato entre delituosos e inocentes, como pode ser observado nos objetivos do Patronato de Menores.

O segundo aspecto dessa proposta educacional é que a baixa qualidade faz parte dos objetivos dessas instituições, na medida em que se prevê uma educação preparando as crianças pobres para o futuro "que com maior probabilidade lhes esteja destinado". Não poderia ser a mesma educação dos outros, pois isso poderia levar essas crianças a pensarem mais sobre sua realidade, e a não se sentirem resignadas em sua posição social de submissão. Por isso se previa uma educação mais moral do que intelectual, voltada para a profissionalização.

A defesa da baixa qualidade pode ser constatada na discussão dos métodos pedagógicos. Em 1916, no Primeiro Congresso Americano da Criança, Alfredo Balthazar da Silveira, fazendo uma apologia do ensino profissional, condenava o sistema educacional de algumas escolas, que "consiste em saturar o cérebro da criança de múltiplos conhecimentos" (Silveira, 1916, p.7). Outra comunicação, voltada para o ensino, é mais clara ainda quanto ao que se pensava para as classes pobres. Chamava-se "É Possível Ensinar sem livro? Como obter a desejada uniformização do ensino popular?", onde Helvecio de Andrade, "ex-professor de Pedagogia e atual de História Natural da Escola Normal", ex-diretor da mesma escola e do Grupo Escolar anexo, propunha o ensino intuitivo na escola primária, sendo dispensável o uso de livros (Congresso Americano da Criança, 1916, p.429-33).

Em tema oficial da seção de assistência do Congresso de 1922 ("Dos Asilos"), Zeferino de Faria sintetizou o horizonte educacional das instituições assistencialistas:

"Provindos de origem modesta, onde impéra a necessidade, recebem às vezes educação luxuosa incompatível com sua pobreza. (...) Sem deprimir, convém lembrar ao asilado a sua modesta origem, incutindo-lhe o dever de respeitar, amparar e melhorar os que lhe estão ligados pelos laços de sangue, e isso raramente se consegue quando se recebe instrução que o destaca extremadamente da sua humilde proveniência.

O dever social do asilo é retirar o menor desamparado do meio pernicioso em que o encontra, prover a sua subsistência, melhorar as suas condições de saúde, inspirar-lhe os hábitos do trabalho, educá-lo,

7. O prefaciador prosseguia: "E que feição surpreendente, que característica formidável e peregrinamente danosa a da Escola-Creche: ajeitar a criança a ser homem, inclinar o menino a cidadão! (...) ir orientando, norteando, afeiçoando a débil criatura à família que há de formar, à pátria que há de servir e à humanidade que há de enaltecê-la; ir em suma e enfim, apontando à simpática criança o universo a que está sujeito o seu corpo, a religião a que está sujeita a sua alma, a ciência que é o seu timbre, a arte que é o seu lustre, o trabalho que é a sua lei, a sociedade que é a sua vida, Deus que é o seu todo, oh! formosíssima, opulentíssima, mas dificultosíssima missão é esta!" (Mendes, 1884, p.xxi-xxii).